



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA**

**LUCIVANIA JACINTO DA SILVA**

**ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES NO ÂMBITO DO  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**João Pessoa - PB  
Setembro 2012**

LUCIVANIA JACINTO DA SILVA

**ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES NO ÂMBITO DO  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão da Organização Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Edmery Tavares Barbosa

João Pessoa - PB  
2012

LUCIVANIA JACINTO DA SILVA

**ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS CORRENTES NO ÂMBITO DO  
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão da Organização Pública.

João Pessoa 14/09/2012



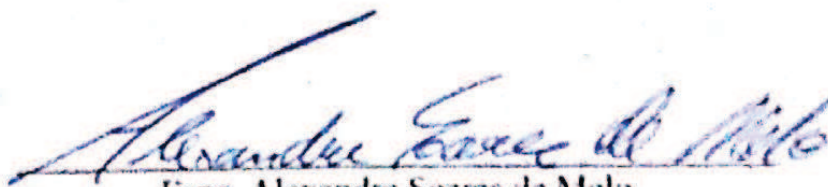
---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Edmery Tavares Barbosa  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



---

Ms. Elizabeth da Silva Alcoforado  
(UNIPÊ/UNPB)



---

Espec. Alexandre Soares de Melo  
(UNPB-FPB)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586a Silva, Lucivania Jacinto da.  
Análise das Despesas Públicas Correntes no Âmbito do Governo do Estado da Paraíba [manuscrito]./  
Lucivania Jacinto da Silva. – João Pessoa, 2013.  
33 f.

Monografia (Especialização em Gestão da Organização Pública). – Universidade Estadual da Paraíba, Coordenação Institucional de Projetos Especiais - CIPE, 2013.

“Orientação: Profa. Ma. Edmery Tavares Barbosa”.

1. Gestão Pública 2. Lei de Responsabilidade Fiscal  
3. Despesas Públicas I. Título.

21. ed. CDD 351

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me proporcionou a oportunidade de fazer parte da Especialização em Gestão da Organização Pública e me concedeu a força necessária para continuar o curso até o final.

Agradeço também, ao meu esposo Thiago Lins, pela presteza e dedicação, além da paciência em me apoiar para que eu concluísse mais essa difícil etapa de minha vida acadêmica.

O meu agradecimento a Prof<sup>a</sup> Edmery Tavares que aceitou o convite para ser a minha orientadora nesse trabalho, e também a Prof<sup>a</sup> Luzivalda Guedes e Prof<sup>a</sup> Simone Bastos que me ajudaram a iniciar o ramo de pesquisa na área pública, profissionais conceituadíssimas da Universidade Federal da Paraíba.

Aos meus amigos, família, e colegas de trabalho, eu agradeço por todo apoio a mim dispensado durante essa jornada.

## RESUMO

O presente trabalho se preocupa em desenvolver um estudo aprofundado sobre as Despesas Correntes do Governo do Estado da Paraíba, no período de 2008 a 2011, com o objetivo de identificar o desempenho orçamentário desses tipos de gastos que possuem caráter contínuo. As principais bases de sustentação desse estudo foram os manuais disponíveis no portal do Tesouro Nacional (STN), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei n. 4.320/69 e demais artigos e publicações relacionadas à área de contabilidade e finanças públicas. Os elementos utilizados para desenvolver a análise das despesas correntes foram extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, também disponível no sítio da STN. Os resultados constatados foram que o Governo do Estado, no período em destaque, não atendeu aos limites impostos pela LRF, relativos à rubrica Pessoal e Encargos Sociais, em todos os anos analisados. Justamente no ano de 2010, período eleitoral, houve um aumento desproporcional das despesas com a folha de pagamento causando um relativo desequilíbrio fiscal nas contas do Estado. As despesas correntes fixadas no orçamento foram subestimadas, ocorrendo a sua maior variação no ano de 2010, assim como também ocorreu o maior crescimento desses gastos em relação ao período anterior. Constatou-se que, durante os quatro anos analisados, as despesas correntes continuaram crescentes e expressivas chegando a cerca de 60% dos gastos totais do governo, o que demonstra que o foco maior de dispêndios se verteu para a manutenção da máquina pública, no lugar de privilegiar a área de investimentos do Estado da Paraíba.

**Palavras-chave:** Despesas Correntes, Lei de Responsabilidade Fiscal, Pessoal e Encargos Sociais.

## ABSTRACT

This paper is concerned with developing a detailed study of the current expenses of the Government of the State of Paraíba, in the period from 2008 to 2011, with the aim of knowing what behavior these budget expenditures continuing character. The main sources of this study support the manuals were available on the website of National Treasury (STN), the Fiscal Responsibility Law (FRL), Law no. 4.320/69 and other articles and publications related to the field of accounting and public finance. The data used for assessment of current expenditures were obtained from the Summary Report of Budget Execution also available on the website of the STN. The results were observed that the State Government during the period highlighted, not reached the limits imposed by the FRL on the heading Personnel and social charges, in all the years analyzed. Just in 2010, the election period, there was a disproportionate increase spending on payroll causing a relative fiscal imbalance in the State accounts. Current expenditure fixed in the budget were underestimated, his greatest variation occurring in 2010, and was also the fastest growing of these expenses in the previous period. It was found that during the 4 years analyzed current expenditure continued growing and expressive reaching about 60% of total government expenditures which demonstrates that the increased focus poured expenditures for the maintenance of public machine in place of the more incentive investment area in the state of Paraíba.

**Keywords:** Current Expenditures, Fiscal Responsibility Law, Personnel and social charges.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS EM RELAÇÃO AS DESPESAS CORRENTES .....	22
GRÁFICO 2: APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. ....	24



## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: CATEGORIAS E GRUPOS. ....	14
QUADRO 2: APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	15
QUADRO 3: PIB PER CAPITA. ....	19

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL (LDP) – 2008 A 2011.....	20
TABELA 2: CONFRONTO ENTRE A DESPESA FIXADA E A REALIZADA.....	21
TABELA 3: EVOLUÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS CORRENTES – 2008 A 2011.....	21
TABELA 4: DESPESAS POR GRUPOS DE NATUREZA ECONÔMICA – 2008 A 2011 (EM MILHÕES).....	23

## **LISTA DE SIGLAS**

CF/88 – Constituição Federal de 1988

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDP – Limites de Despesa com Pessoal

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

RCL – Receita Corrente Líquida

RIPSA – Rede Interagencial de Informações para a Saúde

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE-PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
1.1 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DA PESQUISA .....	10
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>11</b>
2.1 NORMAS REGULADORAS DAS DESPESAS PÚBLICAS .....	11
2.2 DESPESAS CORRENTES .....	13
2.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	14
2.4 IMPORTÂNCIA DE DEMONSTRAR E ANALISAR OS GASTOS PÚBLICOS .....	16
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA .....</b>	<b>19</b>
<b>5 ANÁLISES DE RESULTADOS .....</b>	<b>19</b>
5.1 LIMITAÇÕES DOS GASTOS COM A FOLHA DE PAGAMENTO.....	19
5.2 CONFRONTO ENTRE A DESPESA FIXADA E A REALIZADA .....	20
5.3 EVOLUÇÃO DOS GASTOS ESTADUAIS FRENTE ÀS DESPESAS CORRENTES.....	21
5.4 ANÁLISE DOS GRUPOS DAS DESPESAS CORRENTES .....	23
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os dispêndios governamentais, relativos ao Governo do Estado da Paraíba, bem como acontece em outros entes federativos do Brasil, são diariamente publicados na imprensa nacional, contudo, a maior parte da população não consegue extrair informações úteis que indiquem a situação real da aplicação dos recursos pelo Governo, pois a simples publicação de demonstrativos não é capaz de gerar esclarecimento para a sociedade sobre a administração das dotações do Estado.

Conforme Giacomoni (2005), desde o início do século XX, observou-se o crescimento dos dispêndios governamentais, no cenário econômico mundial. A partir de 1907, os gastos públicos começaram a crescer, no Brasil, o que se agravou nesses últimos 30 anos, e essa evolução dos dispêndios tem ocorrido devido à ampliação da presença do Estado na economia, fator condicionado por crises econômicas no cenário mundial e a busca pela rápida industrialização do país.

Devido à ampliação de demandas sociais e a escassez de recursos disponíveis para suprir as necessidades da população, se fez necessária à busca de maior fiscalização, planejamento e controle dos gastos públicos, e uma das formas de controle social é a verificação periódica das demonstrações publicadas pelos entes públicos, possibilitando analisar se as ações planejadas e determinações legais estão sendo cumpridas.

A eficiência de uma gestão pode ser medida a partir da consonância entre as suas ações e as leis orçamentárias aprovadas pelo legislativo, a partir da avaliação de créditos orçamentários anulados ou insuficiente dotados durante o exercício financeiro.

Embasado nas considerações acima, almeja-se analisar as despesas de caráter contínuo, no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, referente ao anos de 2008 a 2011, a fim de se determinar os principais aspectos desses dispêndios avaliando a sua variação durante o período objeto da pesquisa.

Nas próximas subseções é evidenciado o problema e o objetivo da pesquisa, bem como a justificativa de realização da mesma. Após isso, há uma seção com uma breve revisão sobre as Normas Reguladoras das Despesas Públicas, Despesas Correntes, Receita Corrente Líquida e Importância de Demonstrar e Analisar os Gastos Públicos. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e

descrição da análise dos dados. Ao final do trabalho, são realizadas algumas considerações sobre as evidências encontradas neste estudo de caso.

### 1.1 Problemática e Objetivos da Pesquisa

A dificuldade em se verificar se as despesas públicas estão de acordo com os limites dispostos em lei e o conhecimento das destinações desses gastos, pode ser superada quando se analisa as demonstrações publicadas periodicamente pelos entes governamentais. Uma análise dos gastos públicos, por meio do que preconiza as normas delimitadoras desses dispêndios, pode contribuir para a evidenciação das principais características das despesas públicas correntes do estado.

Diante do exposto, dado a necessidade de se aprofundar sobre a temática escolhida, é que este trabalho apresenta o seguinte questionamento: **Qual o comportamento orçamentário das despesas públicas correntes no âmbito do Governo do Estado da Paraíba?** O objetivo geral do estudo é analisar como se comportam as despesas correntes do referido estado. Para um melhor delineamento, objetiva-se especificamente:

- Verificar se estes gastos estão atendendo aos pré-requisitos legais dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), durante o período de 2008 a 2011;
- Avaliar a evolução dos gastos do governo do estado em relação ao crescimento das despesas correntes ao longo do tempo;
- Observar se há grande variação entre o montante de dispêndios orçados e executados, considerando a capacidade de planejamento dessa unidade da federação.

### 1.2 Justificativa da Pesquisa

No cenário atual brasileiro, vivenciado pelos gestores públicos, a escolha sobre quais gastos serão realizados em cada exercício financeiro pode ser avaliada, de certa forma, como uma decisão complexa, pois envolvem tanto os aspectos relativos às necessidades prioritárias da população, como os limites estabelecidos pela LRF, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), dentre outros dispositivos que regulam essas atividades no país.

Essas regulamentações visam minimizar os desvios dos recursos públicos e tornar os dispêndios governamentais melhor geridos e controlados. O excesso de normatização em relação às demonstrações publicadas pelos entes governamentais acaba por afastar da sociedade, a possibilidade de controlá-los por meio da análise desses relatórios.

Considerando os condicionantes supracitados e a escassez de trabalhos sobre a área a ser pesquisada no estado em destaque, pretende-se promover um estudo analítico sobre as principais Despesas Públicas Correntes ocorridas no âmbito do Governo estadual da Paraíba.

A principal motivação desse estudo será a verificação de como esses gastos estão sendo distribuídos no estado e constatar se atendem as determinações previstas em lei para a sua fixação e realização.

A pesquisa visa contribuir com a academia no que concerne à falta de estudos específicos ligados as finanças do Executivo estadual paraibano, bem como auxiliar a gestão governamental.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Normas Reguladoras das Despesas Públicas**

A despesa pública, no Brasil, é prevista e determinada de acordo com várias legislações e regulamentos. Dentre essas normatividades, o presente estudo se delimitará a dissertar apenas sobre os principais ordenamentos que tratam desse assunto.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), a partir de seu artigo 165, disciplina a composição do processo orçamentário brasileiro. Esse processo é executado em consonância com o que está previsto nas leis orçamentárias, que são o PPA, a LDO e a LOA.

Correspondendo a fase de planejamento estratégico na Administração Pública, o PPA é uma Lei que estabelece as diretrizes e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e as despesas relativas aos programas de duração continuada. Abrantes (2010) evidencia que o PPA engloba as dívidas que devem ser pagas, todas as obras que devem ser construídas, todos os programas de

educação e saúde que devem ser implementados, porém de forma genérica, sem muitas especificações.

De acordo com a CF/88, a LDO estabelece as metas e prioridades dos entes para o exercício financeiro subsequente, metas estas que estão contempladas no PPA. Essa normatividade refere-se à etapa do planejamento tático das instituições públicas.

Segundo o portal do Orçamento Público, a Lei Orçamentária Anual (LOA) configura um instrumento normativo de caráter especial, na qual são previstas as receitas, autorizadas às despesas públicas, explicitados a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo e definidos os mecanismos de flexibilidade que a Administração fica autorizada a utilizar, como créditos adicionais, por exemplo.

Ainda em conformidade com a CF/88, na LOA constarão o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social, o orçamento de investimentos em empresas estatais dependentes e todos os demonstrativos de receitas e despesas do poder estadual, de seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta. As informações contidas na LOA devem ser compatíveis com a LDO e o PPA.

Em 04 de Maio de 2000 foi publicada a Lei Complementar nº 101, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse ordenamento são definidos alguns critérios que devem ser observados no momento em que a administração pública efetuar os seus dispêndios.

O manual “Entendendo a LRF”, publicado no sítio do Tesouro Nacional e em conformidade com o art. 15 da LRF, relata que a despesa pode ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, quando ela não estiver acompanhada de estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro nos três primeiros exercícios de sua vigência, e quando não se adequar ao que foi disposto no PPA, LDO e LOA. Ou seja, as despesas que não tiveram a sua aprovação e mensuração prévia avaliada pela assembléia legislativa, no caso do estado, não constando assim de lei ou dispositivo homologado, não podem ocorrer, pois o objetivo das leis orçamentárias já está vinculado ao planejamento das finanças públicas, constituindo assim uma forma de controle dos programas de governo.

A Lei Nº 101/2000 em seu artigo 19 estabelece que as despesas relativas à folha de pagamento dos servidores públicos não devem superar o montante de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), dividido em 3% para o Poder Legislativo e Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), 6% para o Judiciário, 2% para o Ministério Público



Estadual e 49% para o Poder Executivo como enuncia a obra de Paludo (2011). De acordo com o Manual de Auditoria dos Recursos Financeiros do SUS a despesa com a folha de pagamento de pessoal de cada Poder de um determinado ente da federação, não poderá exceder a mais de 10% da RCL do exercício anterior. Essa limitação dos gastos estaduais pode ser motivo de desaprovação da prestação de contas entregue ao TCE-PB.

## 2.2 Despesas Correntes

O termo despesa pode ser conceituado como os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, como enunciado por Silva (2008). Paiva *et al* (2008) considera que a despesa pública deve atender a necessidade da população, estar de acordo com a capacidade contributiva da sociedade, ser fundamentada no consentimento público, autorizada por lei, viável economicamente e acessível à população.

Os dispêndios oriundos dos entes governamentais podem ser classificados em: orçamentários, quando esses gastos estão previstos na legislação orçamentária estadual; e extra-orçamentários, quando não estão inclusos no orçamento, como caução, restos a pagar, dentre outros. Outra forma de classificar a despesa pública é quanto à categoria econômica, pois esse tipo de classificação possibilita analisar os impactos das ações governamentais em toda a economia, conforme Bezerra Filho (2006).

O autor supracitado apresenta ainda que o art. 12 da Lei n. 4320 /1964, retrata que os gastos públicos podem ser classificados sobre o enfoque econômico em: despesas correntes ou despesas de capital.

Os encargos que não produzem acréscimos ao patrimônio público, respondendo assim pela manutenção das instituições vinculadas ao Estado, constituem as despesas correntes. Já as despesas de capital podem ser conceituadas como aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, resultando no acréscimo do patrimônio do órgão ou entidade que a realiza como afirma Slomiski (2001).

Para Giacomoni (2005) as Despesas Correntes se subdividem nos grupos de contas: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, como descrito no Quadro 1.

QUADRO 1 – CATEGORIAS E GRUPOS

Categorias econômicas	Grupos
3. Despesas Correntes	1. Pessoal e Encargos Sociais 2. Juros e Encargos da Dívida 3. Outras Despesas Correntes

Fonte: Adaptado de Giacomoni (2005, p.109)

Em consonância ao que se preceitua a Portaria Instrumental nº 163/2001 *apud* Giacomoni (2005) cada grupo componente da Despesa Corrente pode ser definido da seguinte forma:

- **Pessoal e Encargos** engloba as despesas com salários oriundos do efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como os pagamentos de aposentadorias, pensões, obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias, gratificações, adicionais e demais dispêndios relacionados;
- **Juros e Encargos da Dívida** envolvem as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e da dívida pública mobiliária;
- **Outras Despesas Correntes** são os gastos relativos à aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas com contratações temporárias quando não se referir à substituição de servidores, além dos demais dispêndios não classificáveis nos outros grupos de despesas correntes.

### 2.3 Receita Corrente Líquida

Bezerra Filho (2006) define que os recursos utilizados para desenvolver as ações do Estado são denominados de Receitas Públicas. Esses recursos podem ser classificados, assim como os gastos governamentais, em orçamentários e extra-orçamentários.

Dentro da classificação das receitas orçamentárias encontramos duas categorias econômicas, que são os recursos destinados ao pagamento dos gastos de natureza contínua, denominadas de Receitas Correntes; e as destinadas a atender as despesas de capital ou as derivadas de alienações de bens e direitos que são as Receitas de Capital.

De acordo com a LRF em seu art. 2º, IV, as despesas relativas à folha de pagamento do estado não devem ser superiores a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL).

A RCL é calculada com base no somatório das receitas correntes, deduzida, no caso dos estados, das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional; das contribuições destinadas ao Plano de Seguridade dos Servidores, das Compensações Financeiras entre Regimes de Previdência e das Deduções da Receita para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Em consonância com o sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a RCL pode ser considerada como parâmetro para se calcular o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

O quadro 2 apresenta de forma sintética o cálculo da RCL do Governo do Estado da Paraíba, de acordo com o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do ano de 2011, publicado no sítio da STN.

QUADRO 2 - APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO
1	<b>RECEITAS CORRENTES ( I ) = (2+8+...+13+22)</b>
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)
8	Receita de Contribuições
9	Receita Patrimonial
10	Receita Agropecuária
11	Receita Industrial
12	Receita de Serviços
13	Transferências Correntes = (14+...+21)
22	Outras Receitas Correntes
23	<b>DEDUÇÕES ( II ) = (24+25+26+27+28)</b>
24	Transferências Constitucionais e Legais
25	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor
26	Contrib. p/ Custeio de Pensões Militares
27	Compensação Financ. entre Regimes Previd
28	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB
29	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ( III ) = ( I - II ) = (1-23)</b>

Fonte: Adaptada dos relatórios da STN/2011

## 2.4 Importância de Demonstrar e Analisar os Gastos Públicos

A Contabilidade Governamental pode ser definida como um sistema que integra os registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais, objetivando demonstrar as movimentações do patrimônio público e identificando quais são os responsáveis por estas movimentações, ou seja, é um ramo da ciência contábil que registra todos os fatos decorrentes da execução do serviço público, como enuncia a obra de Silva (2008).

O mesmo autor considera que um dos principais usuários das informações contábeis do setor público é o cidadão, que na qualidade de contribuinte, adquiriu o direito de ter acesso a realidade das finanças do Estado com o advento da LRF.

Para Silva (2008), o cidadão tem interesse nas demonstrações contábeis para tomar conhecimento das condições financeiras dos entes, com o intuito de saber a probabilidade de aumento de tributos, e para exigir a aplicação de recursos em determinadas funções, como educação e saúde.

Baseando-se nas considerações supracitadas, pode-se inferir que a Contabilidade Governamental também pode ser utilizada como forma de controle social e como meio de obtenção de informações que possibilitem caracterizar as destinações dos recursos públicos.

De acordo com Cruz (2001) os relatórios contábeis, publicados periodicamente pelas instituições públicas, podem subsidiar uma análise baseada na aplicação de índices agrupados, conforme o demonstrativo a que se referem, ou de acordo com seu objeto de análise (liquidez, endividamento, receitas, despesas, resultado, entre outros). Esses indicadores objetivam fornecer informações úteis para o controle, a gestão e a participação popular.

Em conformidade com Jund (2006) a contabilidade a fim de produzir informações úteis, se utiliza de alguns métodos contábeis, tais como a Auditoria Contábil. A Auditoria Contábil no setor público se refere a um conjunto de técnicas e procedimentos desenvolvidos com o objetivo de comprovar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados, quanto á economicidade, eficiência e eficácia da gestão pública como preceitua Vinagre (2004).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, quanto à análise das Despesas Correntes do Governo do Estado, classifica-se como aplicada, pois consoante Zanella (2009), os estudos que são motivados pela busca de soluções para problemas concretos, práticos e operacionais podem ser classificados nessa linha de investigação.

Como períodos de análise foram adotados os anos de 2008 a 2011, por esse espaço de tempo compreender gestões de grupos políticos distintos, sendo que no ano de 2010 foram realizadas as eleições para a mudança de gestão. No período em análise verificou-se a ocorrência de três gestões diferentes:

- Gestor 1 – 2008;
- Gestor 2 – 2009 a 2010; e
- Gestor 3 – 2011.

Quanto ao método e a forma de abordagem, a pesquisa se qualifica predominantemente como quantitativa, devido ao intuito de avaliar os dados através de instrumentos estatísticos e de fórmulas matemáticas.

Tendo em vista o seu objetivo de expor detalhadamente os elementos componentes e ao mesmo tempo traçar o perfil dos gastos da unidade federativa em análise, pode-se classificar essa pesquisa como de cunho descritivo, por ser essa metodologia a que se pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, como citado por Zanella (2009).

De acordo com o texto de Yin (2001), o estudo de caso pode ser considerado como uma pesquisa aprofundada sobre determinado aspecto da vida real, justificando assim a escolha dessa técnica para nortear a presente análise que se destina a verificar de forma mais específica um determinado aspecto da realidade financeira do executivo estadual.

No tocante aos procedimentos adotados para a coleta de dados, buscando delimitar e fundamentar o tema escolhido de forma concreta foi utilizada a pesquisa bibliográfica, como principal fonte de sustentação da problemática abordada. Também fez-se uso da análise documental, pois os dados estudados foram extraídos dos relatórios e as demonstrações contábeis emitidos pelo estado e disponibilizados em

sítios institucionais do setor público. Portanto, a problemática abordada se serviu da investigação dos documentos externos publicados, relativos ao foco desta pesquisa.

Os dados utilizados para proceder à análise das despesas correntes foram obtidos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre de cada ano, disponível no sítio da STN e referentes ao período de 2008 a 2011. Foram utilizados como base de análise os seguintes campos constantes desse demonstrativo:

- Despesas (Exceto Intra-orçamentárias), despesa empenhada até o bimestre;
- Despesas Correntes, dotação inicial e despesa empenhada até o bimestre;
- Pessoal e Encargos Sociais, despesa empenhada até o bimestre;
- Juros e Encargos da Dívida, despesa empenhada até o bimestre;
- Outras Despesas Correntes, despesa empenhada até o bimestre; e
- Receita Corrente Líquida, total.

As principais fontes e referências estudadas foram os manuais disponibilizados pelo portal do Tesouro Nacional e por outras instituições públicas, a LRF, a Lei n. 4.320/69 e demais artigos publicados sobre a mesma temática, além da bibliografia de especialistas da área pública de contabilidade e finanças.

Quanto ao procedimento empregado para analisar os dados relacionados aos gastos de natureza contínua do estado em comento, a técnica mais apropriada foi a análise quantitativa, pois usa-se a estatística descritiva para caracterizar o objeto de estudo.

Outra técnica que também foi utilizada no trabalho é a análise de conteúdo sobre o aspecto qualitativo do estudo, tendo em vista que serão verificados e avaliados os documentos emitidos pelo Governo do Estado e demais obras publicadas relativas ao estudo desenvolvido.

A pesquisa foi realizada através da análise das demonstrações contábeis, que evidenciaram o comportamento das despesas correntes estaduais, disponibilizadas nos sítios anteriormente citados, referentes aos anos de 2008 a 2011. Os dados apurados foram aglutinados em planilhas para viabilizar a análise do comportamento dos gastos de caráter contínuo no âmbito da esfera estadual comparativamente, observando assim o aumento e os decréscimos dos elementos dessa natureza ao longo do período destacado.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

O Estado da Paraíba possui 3.766.528 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 2% da população total do Brasil, e uma área de 248.196,96 km<sup>2</sup>, de acordo com o último censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Paraíba é constituída de 223 municípios e densidade demográfica de 166,25 hab/km<sup>2</sup>. Segundo dados coletados no PPA (2008-2011), esse ente federativo limita-se ao Norte, pelo estado do Rio Grande do Norte; ao Sul, por Pernambuco; ao Oeste, pelo Ceará; e a Leste, por uma faixa de 135km banhada pelo Oceano Atlântico. O quadro 3 apresenta o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* demonstrando o índice da Paraíba e do Brasil para que se possa visualizar a contribuição do estado em relação ao país sobre o aspecto desse indicador. Esse índice representa o valor médio agregado por indivíduo, dos produtos e serviços finais produzidos em um determinado ano e espaço geográfico como define o sítio da organização Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), portanto esse indicador pode ser utilizado para aferir o crescimento econômico dos municípios.

QUADRO 3 - PIB *PER CAPITA*

Nível	2008
Paraíba	6.865
Brasil	15.990

Fonte: IBGE/2008.

#### 5 ANÁLISES DE RESULTADOS

##### 5.1 Limitações dos Gastos com a Folha de Pagamento

Iniciando a análise de resultados, apresenta-se na Tabela 1 o percentual da RCL correspondente a despesa com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo do Estado da Paraíba, no período de 2008 a 2011. O cálculo do Limite de Despesa com Pessoal (LDP) estabelecido pela LRF é calculado da seguinte forma:

$$\text{LDP\%} = \frac{\text{Pessoal e Encargos Sociais}}{\text{PIB}} * 100$$

Receita Corrente Líquida

**Tabela 1 – Limites de Despesa com Pessoal (LDP) – 2008 a 2011**

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Receita Corrente Líquida	% LDP
2008	2.233.825.355,87	4.391.207.183,76	50,87
2009	2.699.411.204,14	4.637.839.887,20	58,20
2010	3.234.963.904,29	5.067.417.770,42	63,64
2011	3.247.332.471,99	5.992.567.869,53	54,19

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

De acordo com a limitação imposta pela LRF de 49% da RCL, e considerando às despesas com pessoal do poder executivo do estado, evidencia-se que a Paraíba não conseguiu atender a essa determinação legal durante o período analisado. Sendo que no ano de 2010, a despesa com “Pessoal e Encargos Sociais” atingiu 63,64% da RCL, excedendo 14,64% do limite permitido, demonstrando que o gestor dessa época não propiciou uma evolução dos gastos de forma proporcional ao crescimento das receitas. No ano de 2008 e 2011, observa-se que o gasto com a folha de pagamento estava mais próximo do que estabelece a LRF. Na fração de tempo em destaque ocorreu um crescimento de aproximadamente 45% das despesas com pessoal em relação ao ano base.

## 5.2 Confronto entre a Despesa Fixada e a Realizada

Na Tabela 2 é analisada a diferença entre a despesa corrente fixada na Lei Orçamentária Anual e os gastos que foram efetivamente realizados no período destacado da pesquisa. No item referente à despesa fixada, não foram considerados os valores decorrentes dos créditos adicionais liberados ao longo dos exercícios financeiros apresentados.

**Tabela 2 – Confronto entre a Despesa Fixada e a Realizada**

Ano	Despesas Correntes			%
	Fixada	Realizada	Diferença	
2008	4.154.728.808,00	4.377.835.360,12	-223.106.552,12	(5,37)
2009	4.298.792.102,00	4.343.919.422,59	-45.127.320,59	(1,05)
2010	4.427.165.292,00	5.100.828.578,33	-673.663.286,33	(15,22)
2011	5.321.771.130,00	5.355.454.130,45	-33.683.000,45	(0,63)



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

A tabela acima demonstra qual o percentual da despesa orçada foi efetivamente realizada nos anos relacionados. Em todos os períodos analisados pode-se constatar que as dotações orçamentárias destinadas às despesas correntes foram subestimadas. No ano de 2010 ocorreu a maior variação negativa, as despesas excederam 15,22% do montante total das despesas que foram fixadas para o período.

### 5.3 Evolução dos Gastos Estaduais Frente às Despesas Correntes

As Despesas Correntes representam uma parcela importante dos gastos públicos dos estados. Na Paraíba os dispêndios de caráter contínuo representam em média 87% dos gastos totais da administração estadual. Na Tabela 3 evidencia-se a evolução percentual anual das despesas correntes do governo, assim como o crescimento dos seus gastos totais.

**Tabela 3 - Evolução dos Gastos Estaduais em relação às Despesas Correntes – 2008 a 2011**

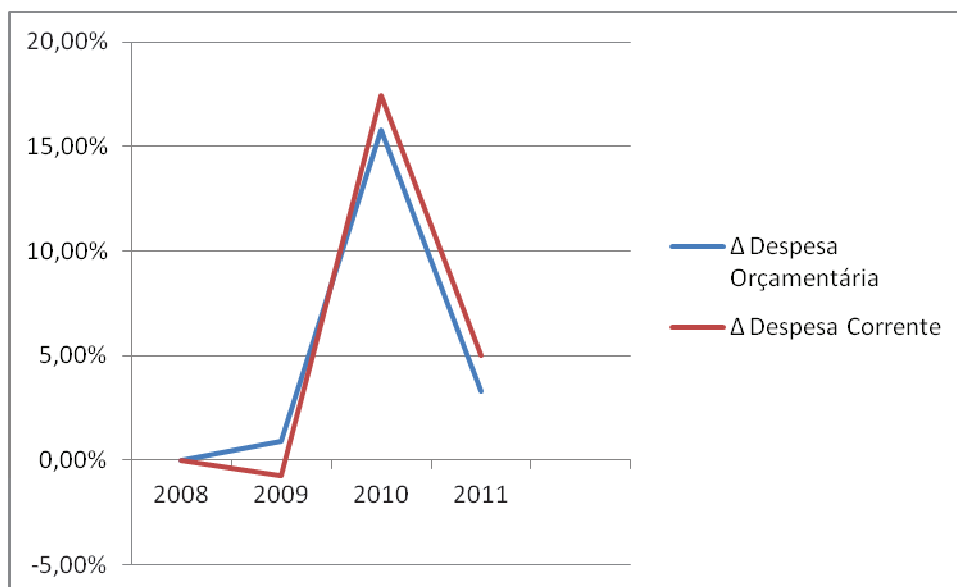
Ano	Despesa Orçamentária	%	Despesa Corrente	%
2008	5.003.004.912,31	-	4.377.835.360,12	-
2009	5.048.621.245,22	0,91	4.343.919.422,59	(0,77)
2010	5.844.819.683,33	15,77	5.100.828.578,33	17,42
2011	6.036.111.516,98	3,27	5.355.454.130,45	4,99

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

As despesas orçamentárias em 2008, primeiro ano analisado, somaram uma quantia de R\$ 5.003.004.912,31, já no ano de 2011 totalizaram mais de 6 bilhões de reais. Ao compararmos a evolução anual desses gastos, observa-se que esse crescimento tem sido constante e que nos períodos relativos ao pleito eleitoral, em 2010, esses dispêndios apresentaram uma evolução superior a 15%.

A partir dos dados apresentados na Tabela 3 foi elaborado o Gráfico 1 sobre a evolução dos gastos estaduais, para evidenciar o crescimento das despesas correntes e totais durante o período de 2010.

**Gráfico 1- Evolução dos Gastos Estaduais**



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

	2008	2009	2010	2011
<b>Δ Despesa Orçamentária</b>	0,00%	0,91%	15,77%	3,27%
<b>Δ Despesa Corrente</b>	0,00%	-0,77%	17,42%	4,99%

O Gráfico 1 evidencia o quanto às despesas correntes tem sido ampliadas ao longo do período analisado, assim como a Despesa Orçamentária Total. No ano de 2009, os dispêndios de natureza contínua apresentaram um decréscimo de 0,77% e as despesas totais obtiveram um crescimento de 0,91%, embora as despesa com pessoal tenham crescido cerca de 8,5%. Nos demais períodos o crescimento das despesas totais foi praticamente proporcional a evolução das correntes.

No ano de 2010, pode-se observar um crescimento superior aos demais anos em análise, o aumento dos gastos totais foi de 15,77% e dos gastos de manutenção da máquina pública de 17,42%.

#### 5.4 Análise dos Grupos das Despesas Correntes

A Tabela 4 demonstra a representatividade de cada grupo, classificado nas despesas correntes, em relação ao total dessa categoria econômica, buscando representar a importância de cada grupo frente ao somatório dos dispêndios de caráter contínuo praticados pelo Governo do Estado.

**Tabela 4 - Despesas por Grupos de Natureza Econômica – 2008 a 2011 (em milhões)**

Ano	Desp. Correntes	%	Pessoal e Encargos Sociais	%	Juros e Encargos da Dívida	%	Outras Despesas Correntes	%
2008	4.377,83	100	2.233,82	51,03	104,41	2,39	2.039,59	46,59
2009	4.343,91	100	2.699,41	62,14	100,73	2,32	1.543,77	35,54
2010	5.100,82	100	3.234,96	63,42	109,47	2,15	1.756,38	34,43
2011	5.355,45	100	3.247,33	60,64	106,23	1,98	2.001,88	37,38

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

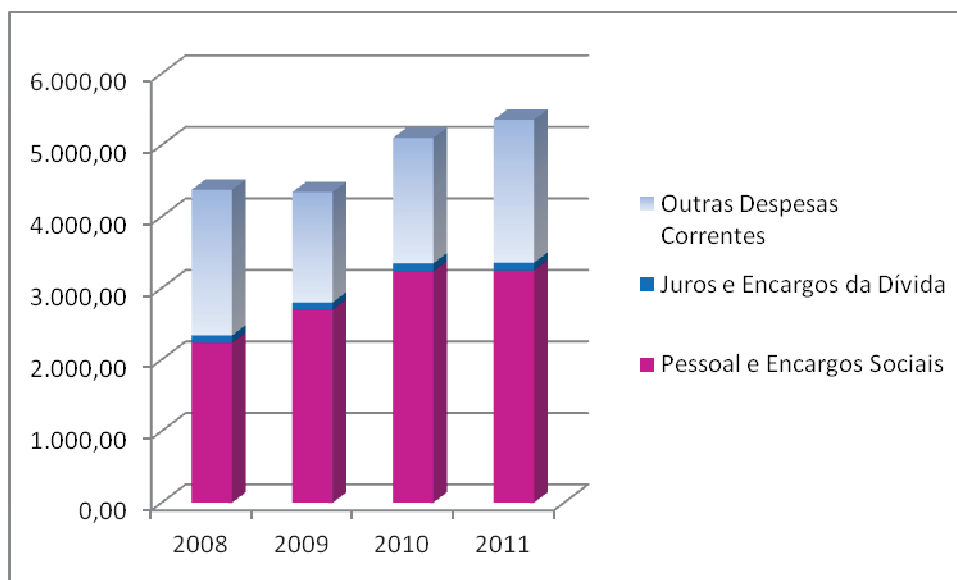
Em relação à análise por grupos de natureza econômica das despesas correntes, evidenciado na Tabela 4, pode-se visualizar que as despesas correntes de maior relevância, concentrando a maior parte das destinações dessa categoria, se encontram no grupo “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”.

O grupo “Juros e Encargos da Dívida” se manteve em torno de 2% das despesas correntes totais do estado durante os anos analisados. Já os gastos com pessoal se mantiveram variando de 51% e 63% do somatório dos dispêndios de caráter contínuo. A rubrica “Outras Despesas Correntes” obteve a sua maior proporção dos gastos analisados, de 46,59% em 2008.

O Gráfico abaixo demonstra, comparativamente, a relação entre o total das despesas correntes e os demais grupos que compõem essa categoria econômica. Os valores referentes a cada item apresentado na Tabela 5 foi expresso em milhões para

facilitar a visualização da representatividade dos elementos que compõe a despesa corrente condensados nos três grupos de dispêndios evidenciados.

**Gráfico 2 - Despesas por Grupos de Natureza Econômica do período de 2008 a 2011 – em milhões**



Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos do Portal da STN/ 2008-2011.

No Gráfico 2, observa-se que assim como as despesas correntes totais continuaram aumentando no período analisado, os demais gastos também se mantiveram crescentes. Outra análise que pode ser feita a partir do gráfico é que as rubricas, “Pessoal e Encargos” e Outras Despesas Correntes, eram praticamente proporcionais no ano de 2008, o que foi se alterando até ser constatado em 2011 que os dispêndios com a folha de pagamento já ultrapassavam os com Outras Despesas Correntes no montante de 3.353.568.964,16, isto é, mais que o dobro. Pode ser verificado também que as três administrações adotavam métodos diferenciados de gerir as finanças do Estado. Em 2008, evidencia-se uma maior atenção aos ditames das leis que envolvem o controle dos gastos públicos do Governo da Paraíba. Já em 2009 e 2010 essas limitações legais não foram cumpridas. E em 2011 há um esforço em retomar o equilíbrio fiscal do gestor em exercício, o que pode ser claramente verificado a partir dessa simples análise.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatórios publicados pelos entes federativos, inclusive em meio digital na rede mundial de computadores, podem subsidiar uma breve análise do panorama das finanças públicas e da execução do orçamento estatal, possibilitando assim, avaliar quais os gestores são mais eficientes no controle e distribuição dos gastos. Além de proporcionar uma averiguação sobre se a máquina pública está se tornando apenas um meio de angariar votos, ou se o objetivo da Administração é promover uma prestação de serviços que atendam a população com qualidade e economicidade, através de atitudes planejadas e uma gestão transparente.

Através do estudo das despesas de caráter contínuo pode-se identificar o foco de uma gestão. A progressiva redução desse tipo de dispêndio pode representar um governo que está voltado para a qualidade dos serviços, a eficiência, e efetividade dos organismos que compõem o estado.

Nas gestões analisadas neste trabalho verificou-se que alguns grupos políticos não tiveram ao menos a preocupação em atender a limitação com a folha de pagamento dos servidores, o que representa 49% da RCL, o que já é considerado um gasto excessivo com essa rubrica.

Um governo não pode transferir todas as suas receitas apenas para manter o seu quadro de funcionários, pois outras necessidades da população devem ser atendidas, como construção e manutenção de estradas, escolas, hospitais, dentre outras formas de dispêndio que afetam positivamente no desenvolvimento sócio-econômico dos estados.

O crescimento progressivo das despesas públicas, em geral, ocorreu devido ao avanço dos entes de governo em desenvolver projetos que possibilitassem uma maior intervenção na economia, como explicitado anteriormente. Entretanto as normatizações, atualmente em vigor, buscam controlar e orientar essa evolução dos dispêndios objetivando que os gestores públicos tenham maior responsabilidade com os recursos que são pagos pela sociedade.

Os demonstrativos enviados periodicamente para a União, não devem apenas ser vistos como mera formalidade legal. Esses relatórios devem ser avaliados e verificados, pois permitem que os rumos e decisões de determinado grupo político sejam constatados, auxiliando os gestores e também alertando a população sobre como estão

sendo empregados os recursos estatais, para que os desvios possam ser identificados mais facilmente por meio do controle social.

O presente estudo pretendeu desenvolver uma análise qualitativa e quantitativa em relação às Despesas Correntes realizadas pelo Executivo do Governo do Estado da Paraíba, nos anos de 2008 a 2011. Primeiramente foi verificada a adequação do período analisado no tocante a limitação da rubrica de dispêndio “Pessoal e Encargos Sociais” ao montante de 49% da RCL. Sobre esse aspecto identificou-se que em todos os anos essa restrição legal não foi observada pelos gestores. Entretanto os anos que mais se aproximaram de atingir o percentual descrito pela LRF foram os de 2008 e 2011.

Na Tabela 2, foi avaliada a fidelidade às leis orçamentárias aprovadas, e ao planejamento dos exercícios financeiros analisados, e verificou-se que as despesas vinculadas à manutenção dos entes estatais foram subestimadas no orçamento, ou seja, os gastos destinados as Despesas Correntes foram superiores aos fixados para os anos objeto dessa pesquisa.

Já na Tabela 3 foi averiguada a evolução dos gastos estaduais totais e correntes em relação a cada ano anterior, nessa análise foi evidenciado que no ano de 2010 ocorreu o maior aumento desses gastos, mesmo período que ocorreu o pleito eleitoral para a escolha de um novo Governador.

Em relação ao exame dos grupos contidos na rubrica Despesas Correntes foi identificado que os maiores percentuais de gastos eram relativos à folha de pagamento e ao item “Outras Despesas Correntes”.

A partir dessa análise sobre os gastos estaduais pode-se concluir que cada grupo político direciona os dispêndios de recursos para os objetivos de suas gestões. Evidenciou-se que apesar das restrições legais impostas, os gastos ainda excederam essas limitações, sem o comprometimento do estado em redirecionar as despesas para projetos que promovessem o seu desenvolvimento, isto é, investimentos maiores em programas que possibilitassem o crescimento da Paraíba.

Portanto, a população deve atentar para as demonstrações e relatórios publicizados pelos entes governamentais, pois estes documentos refletem a realidade das finanças públicas indicando sinais de má gestão dos recursos oriundos da coletividade que necessitam de um controle social mais efetivo.

## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2003d.

ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Gestão Tributária**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 126p. Especialização em gestão pública municipal.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e questões**. 2 ed. - Rio de Janeiro. Elsevier, 2006. 360p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

\_\_\_\_\_. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL, Tesouro Nacional do. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <[www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)> Acesso em: 12 de Setembro de 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Manual de Auditoria na Gestão dos Recursos Financeiros do SUS**. Disponível em: <<http://sna.saude.gov.br>> acesso em: 14 de Setembro de 2012

CRUZ, Flávio da; PLATT, Orion Augusto. Artigo: **Indicadores no Controle e na Gestão Pública**. Publicado na Gazeta Mercantil em 24 de Outubro de 2001. Disponível em: <<http://www.nicb.ufsc.br/>> Acesso em: 11 de Maio 2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.318p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 22 de Maio de 2012.

PAIVA, Simone Bastos; MACEDO, André de Castro Pereira; SILVA, Lucivania Jacinto da. Artigo: **“Uma Discussão Acerca Da Não-Definição De Despesas Públicas Na Legislação Da Área De Contabilidade Pública”**. RBC – Revista Brasileira de Contabilidade. nº 171 Mai/Jun-2008.

PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.440p.

PORTAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.orcamento.org>> Acesso em: 17 de Janeiro 2012.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br>> Acesso em: 20 de Maio de 2012;

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. Estados e Municípios. Consulta aos Dados Coletados de Estados, DF e Municípios pelo SISTN. Disponível em: <<http://tesouro.fazenda.gov.br>> Acesso em: 10 de Setembro de 2012;

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 385p.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Editora Atlas, 2001. 375p.

VINAGRE, Maria de Fátima Melo. **A importância da Evidência em auditoria**. (Especialização) – UFPB/ CCSA. João Pessoa, 2004. 53p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br> > Acesso em 28 de Novembro de 2011.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB,2009. 164p.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.